



ATA N.º 15/2022

REUNIÃO ORDINÁRIA DE TRINTA DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E VINTE E DOIS

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores: -----

Presidente: Nuno Miguel Caramujo Ribeiro Canta (PS)

Vereadores: Maria Clara de Oliveira da Silva (PS)

José Manuel da Silva Santos (PS)

Ana Isabel Leonardo Baliza (CDU)

Joaquim José Lopes Batista Correia (CDU)

João Manuel Pereira Afonso (PSD)

Ilídio José Viegas Martinho Massacote (PSD)

Às vinte horas, com a presença da Assistente Técnica, Patrícia Alexandra da Silva Tomé, o Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respetivos membros presentes. -----

Assim e constatada a existência de quórum o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, cumprimentou todos os presentes e declarou aberto o período de-----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Nuno Ribeiro Canta, disse que no passado dia vinte e nove de junho, representou a câmara numa reunião agendada com o Ministro das Infraestruturas e Habitação, Dr. Pedro Nuno Santos, tendo este último informado dos procedimentos desenvolvidos pelo Governo para a evolução da capacidade aeroportuária da região de Lisboa. Disse que, a câmara nessa reunião reafirmou, com clareza, a sua posição, sobre a necessidade da construção de um novo aeroporto a sul do Tejo, designadamente no Concelho de Montijo. Referiu que, essa posição foi manifestada pela Câmara Municipal de Montijo nos vários documentos aprovados, sendo certo que qualquer decisão deve ter em conta o interesse nacional. Referiu que é hoje consensualmente reconhecido que a utilização da Base Aérea será uma solução aeroportuária de execução mais célere e que, na sua opinião, essa circunstância objetiva, pode contribuir para evitar os efeitos negativos que as perdas nas receitas do turismo têm para o desenvolvimento do



país. Disse ainda que, a construção dum aeroporto na Base Aérea de Montijo não tem apenas aspetos económicos, envolve outros valores fundamentais, que passam pela compatibilização da nova infraestrutura aeroportuária com a preservação do ambiente e dos valores naturais. Lembrou que, apesar da atual utilização do território ser um aeroporto militar, o comando da Base Aérea de Montijo desenvolve relevantes procedimentos de defesa do ambiente e da preservação natural. Referiu por isso que, o projeto do novo aeroporto civil dever ter em consideração, tal como é exigido na licença ambiental em vigor, soluções construtivas e operacionais amigas do ambiente, tal como a produção de energia a partir de painéis solares, o reaproveitamento sustentável da água, a recuperação das salinas para nidificação das aves, as ciclovias e os percursos pedonais pelos muros das salinas. Afirmou que as questões ambientais são, desde a primeira hora, inegociáveis para o município, nesse sentido, após o Estudo de Impacto Ambiental da nova infraestrutura aeroportuária, considera irrazoável adiar a decisão sobre o aumento da capacidade aeroportuária de Lisboa e de resolver o problema ao país. Referiu também que, existem outras questões a impor no aproveitamento civil do aeroporto da Base Aérea, como por exemplo, a necessidade de construir novas infraestruturas de ligação entre o aeroporto e a cidade. Sublinhou que essas infraestruturas foram coligidas num documento apresentado tempestivamente aos responsáveis pelo investimento, a que foi chamado de Caderno de Encargos, afirmando que o mesmo estabelece uma estratégia de modernização da cidade. Sublinhou ainda que a Câmara Municipal aprovou esse Caderno de Encargos por maioria, tal como é do conhecimento público e dos Vereadores, e que considera obrigatório o seu cumprimento integral. Informou que, a primeira questão prevista no Caderno de Encargos consiste no reforço imediato dos transportes públicos e no reforço imediato das redes de saneamento e do abastecimento de água, aspetos essenciais para o futuro da cidade e da nova infraestrutura aeroportuária. Sublinhou a defesa duma solução de transportes multimodais integrados com a futura infraestrutura aeroportuária, ou seja, a articulação de vários modos de transporte, como solução para movimentar mercadorias e passageiros ao longo do percurso cidade aeroporto, característica indispensável para engrandecer a irradiação económica do novo aeroporto de Montijo. Considerou também fundamental exigir o desenvolvimento das infraestruturas viárias e das infraestruturas ferroviárias de nível metropolitano, como seja, a construção dum novo cais do Seixalinho e o alargamento do parque de estacionamento, bem como a construção duma ponte rodoferroviária entre a península do Barreiro e a península de Montijo, que permita a ligação por comboio do novo aeroporto à futura Terceira Travessia do Tejo. Informou que, foi com enorme satisfação, que verificou a inscrição no Plano Nacional de Investimento 2030 de



duas pontes no arco ribeirinho sul, tendo este investimento regional sido reforçado na reunião com o Ministro das Infraestruturas e Habitação. Considerou decisivo olhar para o arco ribeirinho sul numa escala que vai de Alcochete a Almada. Referiu por fim que essa escala é extremamente importante para reduzir as assimetrias entre a margem norte e a margem sul do estuário. Relativamente ao sucesso das Festas Populares de São Pedro 2022, disse que, depois de uma paragem de dois anos forçada pela pandemia, as pessoas estão a viver as festas com alegria e tradição. Informou que têm sido registadas afluências históricas nos vários eventos culturais, nas procissões e arrematações, nas largadas, nos arraiais e nos concertos musicais. Disse que as festas devem muito ao movimento associativo montijense, às coletividades, às associações, às tertúlias, que dão emoção e brilhantismo às festas nos becos, nas ruas, nas praças, e das quais Montijo tem muito orgulho. Acrescentou que as festas transformam Montijo num local de encontro de pessoas e de culturas, num ponto de celebração da vida, da amizade, da cultura, da tradição, das raízes mais profundas das pessoas. Por fim, deixou um testemunho de agradecimento a todos aqueles que fazem as festas, em particular ao Presidente da Comissão de Festas, Amável Pires, e aos elementos que integram a comissão. Agradeceu igualmente à comunidade católica, aos escuteiros do Grupo 72 e à paróquia, na pessoa do Padre João Dias, a organização e participação nas manifestações religiosas. Deixou ainda um agradecimento às coletividades, às associações e às tertúlias por fazerem as festas Populares de São Pedro 2022, em Montijo. -----

O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse que queria fazer duas intervenções, sendo que a primeira intervenção era sobre as trotinetes. Recordou que, quando foi aprovado em sessão de câmara a implementação do sistema de mobilidade ligeira, teve a oportunidade de dizer que a cidade não estava preparada para este meio de locomoção e que poderia existir algumas dificuldades na implementação desta medida. Referiu que, ainda é cedo para fazer uma avaliação, mas que é notório que não está a correr da melhor forma em alguns aspetos, sendo que existem trotinetes espalhadas por toda a parte na cidade; jovens a circular no meio de viaturas, a circular em sentido proibido e que não respeitam as sinalizações, sendo esta uma realidade vista por todos os montijenses. Disse que, espera que um dia destes não se venha a lamentar um grave acidente com este meio de transporte, porque compatibilizar trotinetes que andam a 25 km/h, sem nenhum tipo de respeito pelas regras de trânsito com automóveis e viaturas com outro porte físico e também compatibilizar as trotinetes que andam cerca



de 25 km/h, em passeios que circulam pessoas de idade e onde não existe preparação para suportar aquele tipo de violência e embates, considera que será um grande desafio. Sobre o aeroporto, disse que o PS conseguiu transformar uma grande obra pública, de grande interesse para a população, de grande interesse para o país e de grande interesse para a economia nacional, numa “verdadeira anedota”. Disse que, já ninguém leva a sério este assunto e que quando o governo, falar sobre o aeroporto do Montijo, ou o aeroporto da Portela, já ninguém acredita e que virou uma “risota nacional”. Referiu ainda que, nesta “risota nacional” está incluído o PS do Montijo, porque o PS local, sobre o assunto do aeroporto, tem tido todo o tipo de posições. Recordou que, na ata n.º 20 de dois mil e onze, quando o vereador do PSD, José Pedro Neto, suscitou a questão do aeroporto na base do Montijo, e muito bem, o senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e disse que era uma proposta irresponsável, pouco séria e que procurava encobrir o facto de o PSD querer abandonar um grande aeroporto e que disse que era uma ilusão e que o PSD estava a enganar os montijenses. Disse ainda que, quando o senhor Ministro das Infraestruturas, foi à televisão com pompa e circunstância, eventualmente, para desviar as atenções daquilo que se passa no Serviço Nacional de Saúde, com o serviço de urgências, falar sobre o assunto do aeroporto, o senhor Presidente da Câmara atravessasse para dizer que, “está muito satisfeito com a decisão, que considera uma coisa histórica, que alias, que é um momento histórico para o país e afirma que isto foi a resolução de um problema de sessenta anos”. Referiu que, o senhor Presidente da Câmara em nome do PS local, se atravessou ao cumprido e disse estas frases bombásticas, que ficam para a história, da trapalhada onde o senhor Presidente da Câmara se envolveu com o senhor Ministro das infraestruturas. Disse ainda que, toda esta trapalhada, na opinião do PSD, tem como consequência, em termos económicos, a descredibilização do projeto, que como já referiu, o projeto nos dias de hoje “é uma verdadeira anedota” e que a população só acreditará no aeroporto quando este estiver inaugurado. Acrescentando que, tudo isto acaba por descredibilizar o estado português, descredibilizar a câmara municipal e descredibilizou todas as personagens políticas e as instituições envolvidas. Segunda consequência é que o PS contribuiu para a instabilidade económica, questionando qual o investidor que pode acreditar nestas pessoas, porque hoje se diz uma coisa, amanhã já não é nada daquilo que foi dito e na semana seguinte a opinião volta a ser diferente. Questionando, como é possível o investimento privado prevalecer com toda esta trapalhada? Como é que hoje se pode planear e estruturar numa empresa, um investimento na área metropolitana de Lisboa quando não há entendimento? Disse ainda que, o senhor Presidente há pouco falou sobre a ferrovia e a ponte, recordando que



em dois mil e catorze o senhor Presidente defendeu a construção de um túnel, entre o Barreiro, o Montijo e a Ponte Vasco da Gama, já tendo sido dito tudo e mais alguma coisa, e que por isso, o PS tem de se entender, porque as empresas e a economia do país não suportam toda esta trapalhada. Disse que a outra consequência, consiste na contribuição do PS para a especulação imobiliária, porque cada vez que o PS fala sobre o aeroporto, que acaba por não se concretizar, os preços do mercado imobiliário sobem, não existindo estabilização de preços. Referiu ainda que, uma das causas nos últimos anos, em virtude, principalmente do PS local, andar a anunciar o aeroporto, foi o facto de os preços das casas no Montijo terem disparado, estando famílias a pagar rendas e custos de habitação, muito superiores à realidade daquilo que deveriam estar a pagar se não houvesse este tipo de especulação. Por fim, disse que, com o devido respeito, o vírus do COVID não tem, nem de perto nem de longe, o impacto que as trapalhadas do PS têm na economia nacional. Acrescentando que, as trapalhadas do PS adoecem a economia, destroem as empresas e põem em causa a sobrevivência e boa vida das famílias. Referindo ainda que, o senhor Presidente da câmara deixou muito mal os montijenses e o governo deixou muito mal o país. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Nuno Ribeiro Canta, disse compreender que alguns cidadãos menos familiarizados com os novos modos de transporte possam expressar preocupações, em particular no que respeita ao estacionamento nos espaços públicos, mas que não entende que o vereador do PSD procure usar um discurso contra as trotinetes sem fundamento, gratuito e inflamado. Pois, considerou que existia um certo consenso político sobre os novos modos de transporte suaves, menos poluentes e amigos do ambiente, e que qualquer político sério não pode fazer intervenções baseadas em certos comentários das redes sociais. Referiu que o problema do estacionamento das trotinetes em espaço público é realmente importante, mas certamente é mais importante dispor de meios de transporte suaves e amigos do ambiente, por isso, discorda daqueles que invertem as prioridades apenas para desvalorizar as medidas e as políticas desenvolvidas para garantir mais e melhor mobilidade. Acrescentou que as trotinetes que são deixadas nas rua e praças públicas, voltam a ser utilizadas por outros cidadãos para se deslocarem para outras partes da cidade, e assim sucessivamente. Considerou por fim que, o estacionamento das trotinetes na via pública não pode, nem deve ofuscar o sucesso da medida, e é isso que custa aceitar pela oposição. Recordou ainda que, como é do conhecimento dos vereadores, existe uma limitação de velocidade abaixo dos 15 Km/h no centro histórico da cidade. Relativamente



aos comentários sobre a questão aeroportuária, disse discordar das interpretações sobre a declaração proferida em mandatos anteriores, numa circunstância de debate sobre soluções aeroportuárias para o país, onde todas as hipóteses foram colocadas encima da mesa. Lamentou a trapalhada política em que o PSD e o CDS se têm enredado sobre a construção do aeroporto na Base Aérea, num completo discurso em “zig zag”, com posições antagónicas que muito tem prejudicado Montijo e o País. Mais, disse que o PSD de Montijo e o Vereador João Afonso fugiram sempre a uma posição clara sobre o assunto, e ainda hoje é difícil perceber a posição política do PSD. Afirmou que como Presidente da Câmara e como Presidente do PS sempre foi muito claro nas opções defendidas para a expansão da capacidade aeroportuária de Lisboa, posição que por diversas vezes foi criticada pelas oposições, no entanto, considera como português que deve prevalecer na decisão o interesse nacional. Disse ainda que, a câmara acredita que a construção de uma infraestrutura aeroportuária constitui um elemento para a afirmação de Montijo no mundo, sem perder o sentido da sua história, uma terra de ligação à Europa. Disse, por fim, que o novo aeroporto é uma infraestrutura do interesse nacional, e não pode estar sujeito a jogos políticos locais, porque é uma infraestrutura decisiva para futuro do país e é uma infraestrutura com um enorme interesse para as futuras gerações de montijenses. -----

O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, disse que a questão das trotinetes não é só o que se vê nas redes sociais, mas aquilo que se vê no dia a dia e que o senhor Presidente tem dificuldade em aceitar a realidade. Referiu que, o PSD não é contra as trotinetes, não é contra as bicicletas e não é contra a mobilidade ligeira, mas o que o PSD disse é que a cidade não está preparada para este tipo de mobilidade. Sobre o aeroporto, disse que o senhor Presidente tem uma subserviência total relativamente ao PS de Lisboa, pois o senhor Presidente muda de opinião em função daquilo que é feito pelo governo. Referiu que, isso não é uma atitude adequada, porque cada um tem a sua definição de interesse público e que não é o governo que tem o exclusivo da definição do interesse público, sendo uma visão formal da questão e o senhor Presidente tem de ter uma opinião própria e tem de defender os montijenses. Disse ainda que, em relação à posição do PSD sobre o aeroporto, essa posição é pública e que aquilo que o PSD não fez no mandato passado foi andar atrás do folclore do aeroporto e esquecer todos os outros assuntos. Acrescentou que, cada vez que o senhor Presidente da Câmara era questionado sobre os diversos problemas na cidade, o senhor Presidente só sabia falar do aeroporto e o PSD não falava só sobre o aeroporto, como também falava sobre os outros problemas que afetam a população. -----



O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Nuno Ribeiro Canta, disse que, em sua opinião, é necessário proceder a uma clarificação legal da hierarquia de interesses nos grandes investimentos nacionais, porque essas decisões não podem estar subordinadas a uma lógica local, pois como foi observado por todos os cidadãos no caso do aproveitamento do aeroporto militar da Base Aérea de Montijo para aeroporto civil, basta, com a atual Lei, que um município discorde da estratégia nacional para parar certos investimentos estratégicos para o País. Deu como exemplo, a construção duma linha de comboio que atravessa vários concelhos, e que caso exista um ou dois municípios discordantes alegando interesses locais, por considerarem desadequado o traçado proposto, o resultado será uma via ferroviária curvilínea, que certamente prejudica o interesse nacional. Portanto, disse ser perfeitamente compreensível uma posição política que respeite o interesse nacional, e considera gratuito qualquer reinterpretação dessa posição política. Reforçou a necessidade de manter uma posição clara sobre a solução para o reforço da capacidade aeroportuária em Montijo. -----

O Senhor Vereador Joaquim Correia, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse que, a localização do aeroporto começou por ser na Ota, mas depois foram feitos estudos pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), e muito bem, onde foi decidida a localização do aeroporto no Campo de Tiro em Alcochete. Referiu também que, houve uma resolução no Conselho de Ministros, que foi aplaudida pelo senhor Presidente da Câmara, em que era para ser feito um aeroporto internacional no Campo de Tiro em Alcochete. Segundo ponto, disse que entrou o governo PSD e concessionou a empresa Vinci, onde o senhor Arno colocou uma linha no contrato, que vinha contrariar tudo o que estava no contrato e que levou a que viessem apresentar esta solução aeroporto na Base Aérea. Referiu ainda que, o estudo de impacto ambiental que foi feito e que quem for sério e ler aquele estudo, vê que “não tem ponta por onde se lhe pegue”. Referindo que, primeiro tem uma pista que não tem “taxi away” até ao fim e por isso, não entende como é que a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) valida essa pista, depois é uma pista que os maiores aviões que pode levar é os A320/200 e que quando forem descolar ou levam passageiros, ou levam “jet fuel”, sendo no entanto para pequenas viagens. Disse ainda que, este aeroporto só pode servir a uma companhia aérea, que é a Ryanair, servindo também à empresa Vinci para depois não fazer o aeroporto internacional. Referiu também que, tudo isto é um negócio e que aí o senhor Presidente da Câmara, também estava de acordo, não por interesse nacional e sim para seu interesse. Disse ter tido reuniões com o CEO da empresa Vinci e o



qual foi dito que podiam ser enviados os cadernos de encargos, enviados pelo senhor Presidente da Câmara, que “ele se estava borrifando para isso”. Referiu ainda que, a primeira reunião que teve com o Pedro Marques, o antigo Ministro das Infraestruturas, o mesmo disse que era por ser barato e que se pagava com as taxas aeroportuárias, aproximadamente seiscentos milhões, mas só para os trezentos metros de pista, que tem de ser feito por estacaria, já estão noventa milhões, onde depois foi dito que o dinheiro já não era suficiente. Disse também que, depois foi o problema da sonorização das casas em Alhos Vedros, no Lavradio e outras, em que foi dito que o dinheiro já não chegava. Referindo que se está perante uma situação em que para a empresa Vinci era muito bom, porque, entretanto, a mesma empresa comprou as ações da Lusoponte e que assim que a Ponte Vasco da Gama esteja esgotada, a empresa faz a terceira travessia, ficando com as pontes por mais setenta e cinco anos e que depois querem também os terrenos. Referiu ainda que a situação dos sete anos do aeroporto na Base Aérea, é que a Vinci fica com os terrenos condicionados setenta e cinco anos e que talvez ali nasce uma cidade para pessoas ricas, com condomínios, tal como aconteceu num aeroporto em França. Referiu que é isso que o senhor Presidente não vê, mas que deve olhar para o interesse nacional e não para o interesse dos franceses, que são os interesses da Vinci. Disse também que, só se pode olhar para o interesse nacional e que só existe uma solução que é o Campo de Tiro. Questionou, se é mais barato fazer uma pista no Campo de Tiro ou na Base Aérea, referindo que a pista é a mesma que tem que ser feita toda de novo, porque a pista da Base Aérea n.º 6 não tem o PCN necessário para receber os aviões e que a mesma também não tem resistência. Referiu ainda, que na zona da reserva do estuário do tejo tem impactos que não se consegue mitigar e o que está no estudo, as áreas de mitigação já foram usadas para o Freeport. Disse ainda que, foi dito pelo senhor Primeiro Ministro que era, a existência de maior consenso, mas depois há um Ministro que se atravessa a dizer que não era apenas um aeroporto, mas dois. Questionando ainda, se vivemos num país com muito dinheiro? Se não existem dificuldades? Se o país não está a passar problemas sociais? Referindo que, o interesse nacional tem de estar à frente. Disse ainda que, foi dado ao IMT para fazer o concurso para a avaliação ambiental estratégica, na qual ganhou uma empresa espanhola. Referiu que, o Ministro veio dizer que não queria a empresa espanhola e entregar a avaliação ao LNEC. Questionando ainda, quem é que vai indemnizar a empresa espanhola? Onde está o interesse nacional? Onde está o interesse do Montijo? Onde está o interesse da TAP? Referindo que, estão a ser gastos milhões e que se não for feito o aeroporto internacional a TAP vai à falência, porque só com o “UP” é que se consegue salvar a TAP, porque isso é salvar o nosso dinheiro, mas que isso o senhor Presidente não diz, que “bate



palmas” a tudo aquilo que é dito pelo governo, mas que não olha para o interesse nacional. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Nuno Ribeiro Canta, considerou que todos devem ser capazes de refletir sobre as diferentes opções para o futuro, por isso, a câmara procura sempre considerar os diferentes caminhos para o desenvolvimento de Montijo. Acrescentou que essas diferentes opções políticas podem estar mais ou menos informadas tecnicamente. Disse que depois de estudos técnicos credíveis e revistos pelos pares, o pior que se pode fazer é descredibilizar o próprio estudo técnico, como procura fazer a CDU e algumas plataformas oposicionistas relativamente ao aeroporto na Base Aérea, e com isso alimentarem suspeitas gratuitas sobre a Licença Ambiental em vigor. Considerou que esse tipo de afirmações descredibilizam os técnicos envolvidos e as decisões tomadas em nome do interesse público. Acrescentou que qualquer pessoa tem um padrão de conhecimento e de ignorância que não pode deixar de ser considerado nos processos de licenciamento, por isso, é sempre muito difícil entender aqueles que ingenuamente afirmam certezas sem o mínimo de conhecimento sobre as matérias em causa, e aqueles que gratuitamente afirmam falhas em estudos técnicos que eram incapazes de elaborar. Quanto à particularidade da questão do alargamento da pista de aterragem e à estacaria sobre o rio, disse que foi uma obra estudada e aprofundada no estudo ambiental, e que a câmara considera adequadas as medidas de compensação e minimização preconizadas. Disse ainda que essa circunstância não desqualifica o aeroporto na Base Aérea, pelo contrário, a existência de uma pista que pode limitar aviões de grande porte é benéfica para o ambiente e para Montijo, porque apenas possibilita um aeroporto de baixa intensidade e logo compatível com os valores ambientais do território. Voltou a afirmar a importância económica do investimento num novo aeroporto na Base Aérea de Montijo, a atratividade empregadora em ter na cidade uma atividade aeroportuária no Montijo, e a compatibilização das funções aeroportuárias com os valores ambientais do território. -----

A Senhora Vereadora Ana Baliza, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse ter tido muitas conversas sobre a cultura e que faz parte de um grupo que tenta implementar melhores condições para a cultura. Disse que, tem tido debates com pessoas do PSD, onde pode não existir grandes convergências, mas depois existem outras que se tem de combater contra a ideia de que as pessoas têm de ter a humildade de “vir de mão estendida” dar contas daquilo que é feito ou não. Referiu que, não é por se fazer referência à Constituição da República Portuguesa, que se têm mais ou menos direitos, pois



é um texto onde se rege as nossas leis e que se deve sempre salvaguardar. Acrescentando que, a mesma já “levou grandes machadadas ao longo do tempo”, e por isso não se pode deixar que este tipo de discurso, cresça e que retire cada vez mais condições e que nem intervenha na criatividade dos grupos. Disse que, a CDU quer prestar a total solidariedade à Companhia Mascarenhas-Martins, sendo que ao longo dos tempos a CDU foi apontando a criação de novos públicos. Referiu que, tem existido peças de teatro da Companhia Mascarenhas-Martins, que visitam todas as freguesias do concelho do Montijo e que a mesma tem trabalhado com as escolas. Disse ainda que a companhia tem tido sempre as portas abertas e que convida a população a participar e onde na última peça, fizeram um convite a toda a população para a realização de reuniões e audições, das quais diz ter tido oportunidade de responder a esse desafio, podendo, posteriormente, ver a peça de teatro. Referindo que, seja de agrado ou não, foi aquilo que surgiu da criatividade e do trabalho da companhia, após todas as reuniões e de colher as ideias de toda a população do Montijo, tendo sido de louvar o resultado dessa peça. Disse também que, a companhia tem trabalhado em outras áreas, não só no teatro, como na música, na exploração de outras expressões, tendo dado à população do concelho do Montijo, a oportunidade de as experimentar. Disse também que, nunca foi a reunião de câmara nada que tivesse sido votado favoravelmente, que depois não se pudesse ver o resultado do que foi realizado. Referindo que, a CDU nunca viu as portas fechadas, nem que fosse para ver um ensaio, que nunca faltou resposta ao que fosse questionado e que nunca foi negado um pedido de reunião, onde muitas das vezes, de forma imparcial, a companhia tem dado o seu contributo para o trabalho da CDU, assim como a CDU tem dado o contributo para o trabalho da companhia. Reiterando que, a companhia sempre o fez de forma imparcial e no superior interesse da cultura, da fruição, de criação e da capacitação do concelho do Montijo. -----

O Senhor Vereador **José Manuel Santos**, no uso da palavra, disse que se ouviu o senhor vereador João Afonso falar em nome da bancada do PSD e sobre a forma de pensar do PSD relativamente à cultura, o que prova desde logo uma inverdade, por aquilo que foi dito pelo colega de bancada era que estava contra a forma de pensar do senhor vereador João Afonso sobre a cultura. Referindo que, muitos autarcas do PSD não se reveem na forma de cultura, nem na forma de expressar e muito menos de agir do senhor vereador. Acrescentando ainda que, na cultura se for possível quantificar, em termos numéricos, o valor dos apoios e a prestação de contas, a qualidade do trabalho cultural é muito subjetiva de quantificar. Disse também não acreditar que o vereador consiga ter qualquer pensamento cultural, que possa quantificar os méritos, seja de que projeto cultural for, na cidade do Montijo e em Portugal. Referiu que,



nunca teve oportunidade de ver o vereador, nos eventos culturais, além dos espetáculos feitos pelo CRAM. -----

O Senhor Vereador Joaquim Correia, no uso da palavra, disse que quando foi eleito para este órgão, nunca pensou que a autarquia tivesse páginas tão negras como aconteceu nesta reunião de câmara. Disse não conseguir conceber que um vereador levante falsos testemunhos e depois não diga concretamente, como as coisas realmente são. Referiu que, numa sessão anterior o vereador disse que existiam pessoas que não eram idóneas de uma coletiva, como foi o caso do Juventude Sarilhense, e neste momento é a Companhia Mascarenhas-Martins, no qual deixa um agradecimento à companhia, por ter vindo para o Montijo. Ainda no uso da palavra e na sequência da intervenção do senhor Presidente, sobre o impacto ambiental, disse que, é uma discussão que há muito tempo, foi feito na Assembleia da República sobre aquilo que são os estudos de impacto ambiental, que são feitos à medida de quem os paga. Referindo que, já foi reconhecido pela Assembleia da República, que estes estudos deviam de ser estudos independentes, quando é tratado de assuntos fundamentais. Disse ainda que, quando o senhor Presidente diz que esse estudo, era um estudo que olhava para o ambiente com uma grande lucidez, deu o exemplo, de que para colocar um “jet fuel” nesse “pseudo” aeroporto existe duas soluções, uma era a ligação do oleoduto da Trafaria à Base Aérea, ou então teria de vir de camião de Alcanena e que ao chegar à Base só existe uma via de trânsito. Questionou ainda, se o senhor Presidente tem conhecimento do número de camiões que tem de vir todos os dias para abastecer e o perigo que existe se houver um acidente? Referindo que, ninguém pensa nestes problemas e que o senhor Presidente da Câmara diz que é a grande solução, mas que esta é a pior solução, porque se houver um problema com um camião deste tipo na via, ninguém “apanha” aviões. Reiterando que, só existe um acesso para o aeroporto, que vem da Ponte Vasco da Gama e que liga à Base, não existindo outro e que são esses problemas de segurança, ambientais e outros, que não podem ser descurados. Acrescentando que, muitas das vezes por facilitismo, tem que se ter muito cuidado quando se fala em aeroportos e em interesse nacional. Por fim, disse ainda, que este projeto não tem comboio na Base Aérea n.º 6, porque o estudo que foi feito pela Roland Berger era para a colocação de um elétrico na Ponte Vasco da Gama, mas que depois foi visto que era impossível. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Nuno Ribeiro Canta, relativamente ao aeroporto civil na Base Aérea, disse que pior do que errar é insistir no erro, como faz o vereador da CDU, porque não é verdade que o Estudo



de Impacto Ambiental não seja idóneo e não tenha sido realizado por técnicos idóneos. Acrescentou que os estudos não são para os gostos de cada um, eles são realizados com dados objetivos e sindicáveis, mais foram avaliados e confirmados pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Disse ainda que, o referido estudo ambiental preconiza muitas medidas de minimização e de compensação de externalidades, como a alternância da pista principal, o transporte de combustíveis, a nidificação das aves, e por aí a diante. Sublinhou que não é fácil obter licenciamento junto da APA, e deu como exemplo a reabilitação da frente ribeirinha da cidade, entre o Cais dos Vapores e o Moinho de Maré da Mundet, que devido a um problema de cotas tem sido bloqueada pela interpretação da APA. Referiu que essa posição da APA tem impedido o desenvolvimento de vários projetos imobiliários na frente ribeirinha, inviabilizado a construção dum amplo passeio público ribeirinho, com consequências na estratégia de consolidação duma frente urbana voltada para o rio. Concluiu que, ao contrário do afirmado pela oposição, a APA desenvolve uma avaliação ambiental independente e assente em critérios técnicos objetivos e sindicáveis. Acrescentou por fim que, não existem razões objetivas para colocar em causa o licenciamento ambiental do aeroporto na Base Aérea de Montijo, e das medidas apresentadas para minimizar e compensar as externalidades ambientais. -----

O Senhor Vereador Joaquim Correia, no uso da palavra, disse ainda que quando a APA deu o parecer favorável condicionado, é do conhecimento de todos, as pressões políticas que foram feitas sobre a APA. Referiu também que, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), “vendeu-se” por alguns milhares, onde todos os meses receberia determinado valor, tendo sido confirmado pela própria diretora. -----

O Senhor Vereador José Manuel Santos, no uso da palavra, disse querer lembrar o vereador Joaquim Correia que os estudos de impacto ambiental têm vários escritores desde engenheiros, biólogos, ambientalistas, associações ambientais e que integram nas equipas de estudos de impacto ambiental, que depois a APA, vai ou não validar. Disse ainda que não se esquece, quando foi a construção da Ponte Vasco da Gama, que as associações ambientalistas bloquearam a construção durante muito tempo, por causa dos flamingos, mas que curiosamente o que se veio a verificar, que os flamingos “por acaso até gostaram da Ponte Vasco da Gama” e as colónias se multiplicaram. -----

O Senhor Vereador Joaquim Correia, no uso da palavra, disse estar à vontade com a construção da Ponte Vasco da Gama, porque foi um projeto que ao nível ambiental foi muito bem concebido. Sobre o estudo de impacto ambiental do aeroporto disse que, se o vereador ler o estudo, mais de 48% das conclusões



refere que tem de ser estudado e quando assim é, é porque não foram feitos estudos rigorosos sobre o assunto, considerando uma farsa.

A Senhora Vereadora Ana Baliza, no uso da palavra, quis saudar o regresso presencial das festas populares de São Pedro, que apesar de no ano passado já ter existe a arrematação das bandeiras, em nada se compara a esta edição das festas, que nos convida a sair à rua. De seguida, quis fazer um pedido especial em nome das pessoas mais idosas, que costumam estar nos bancos da Praça da República junto ao Banco Santander, onde existe uma tampa do sistema de rega partido, devido à subida indevida, dos automóveis para cima dos passeios. Referiu ainda que, um idoso já ali tropeçou, devido a esse problema, sendo importante verificar como se encontra a tampa do sistema de rega, para que a mesma possa ser trocada e para que os munícipes possam estar em segurança, principalmente os munícipes que têm uma locomoção mais dificultada. Solicitou o relatório de utilização das trotinetes, referindo que a CDU tem conhecimento que até à data já existiu um acidente com uma trotinete, na Avenida Corregedor Rodrigo Dias. Disse que, não tem conhecimento da gravidade do acidente, mas realça a importância do relatório de utilização, que provavelmente será feito com a empresa e as autoridades. Referiu ainda que, o relatório ajudará a melhorar o serviço, que na “bondade” do sistema e na sua capacidade para ser bom na mobilidade, mas que por vezes poderá existir uma má utilização desse serviço, tendo que ser minimizados esses riscos para os utilizadores, para os que estão no passeio ou nos seus carros, que por vezes são surpreendidos com a má utilização. Em relação às atas e aos informadores das atas, disse que não existe nenhum informador de atas da CDU e do PSD em comum, na qual refere que as atas são públicas e que nos mandatos anteriores houve oportunidade de a CDU, se manifestar contra a forma como as atas eram redigidas. Sobre o aeroporto, disse que a hierarquia de interesses deve ser cumprida e que o superior interesse local e nacional deve ser colocado à frente. Disse que se tem conhecimento da existência da intenção de alocar seiscentos milhões de euros na modernização da Portela, ao mesmo tempo que se iniciam obras para a construção de um aeroporto na Base Aérea n.º 6, com a intenção de mais tarde existir um maior investimento, que acaba por não fazer frente as dificuldades, pondo-se as dificuldades e as contradições para “trás das costas”, reconhecendo o governo, que o novo aeroporto deve ser construído no Campo de Tiro. Disse ainda que não se pode falar num aeroporto amigo do ambiente, sendo que pode ter mais ou menos impacto ambiental, mas não se pode falar de uma estrutura aeroportuária como sendo “amiga” do ambiente. Disse também que, é natural que o senhor Presidente diga que este assunto cria



paixões e que muitas vezes existe opiniões divergentes nas narrativas dos partidos. Referiu ainda que, se as narrativas se mantivessem, em todos os partidos, como se tem mantido nos partidos que compõem a CDU, a primeira fase estaria em funcionamento no Campo de Tiro. Acrescentando que, a CDU tem a certeza do que quer relativamente à construção do aeroporto, que a todos os níveis é o que cria menor impacto e que depois tem a capacidade de servir localmente e nacionalmente, ficando os interesses nacionais salvaguardados e que será mais fácil a mitigação naquela zona. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Nuno Ribeiro Canta, lembrou que o desenvolvimento humano ao longo da história teve sempre como condição a alteração do ambiente, seja na desmatação para arroteamento agrícola, seja na construção de abrigos, seja no desenvolvimento das infraestruturas económicas, foram sempre alterações que alargaram as oportunidades de desenvolvimento, levaram a uma melhor qualidade de vida e influenciaram mesmo mais igualdade entre as pessoas. Sublinhou mesmo que quando alargamos esta característica aos ecossistemas facilmente se observa que os seres vivos alteram os seus ambientes para melhor sobreviverem. Referiu a esse respeito que, ao longo dos tempos, o desenvolvimento humano reconheceu a necessidade de que para determinadas alterações no ambiente devem ser reconhecidas as externalidades e apontadas as medidas para compensar e mitigar os chamados efeitos negativos dessas alterações. Referiu que é nesse contexto político, técnico e histórico que surgem os estudos de impacto ambiental. Assim, disse que não subsiste qualquer dúvida sobre o estudo de impacto ambiental do aeroporto de Montijo, no entanto, isso não quer dizer que mesmo não possa ser aprofundado com os estudos ambientais comparativos. Disse que essa ideia, aliás, tem sido a batalha dos opositores ao aproveitamento do aeroporto na Base Aérea de Montijo, na esperança que qualquer avaliação ambiental comparativa possa dar razão aos argumentos que defendem. Declarou que com a decisão do novo aeroporto apareceram muitos ambientalistas de última hora, que apenas propagam ruído nos média, sem cuidarem de aprofundarem os conhecimentos técnicos, que até conseguem a proeza de colocarem aves limícolas como os flamingos nas águas profundas do rio, e outras maravilhas da natureza. Sublinhando que esses campeões do ambientalismo são incapazes de congratular o município pelas as obras estratégicas para mitigar as externalidades da cidade, como os corredores verdes da Casa da Música Jorge Peixinho, ou sequer apreciar a grandeza do investimento municipal nas Estações de Tratamento de Águas Residuais que permitem a despoluição do Tejo e o regresso dos golfinhos. Por fim, disse que qualquer pessoa de bom senso considera o aproveitamento do aeroporto da Base Aérea de Montijo como uma boa solução para o País, não apenas como



mais valia económica e de criação de emprego, mas também no que respeita à preservação do ambiente e dos recursos naturais. -----

O Senhor Vereador **Ilídio Massacote**, no uso da palavra, disse também querer saudar o regresso das Festas Populares de São Pedro, desejando que corram bem e que sejam um sucesso para todos e que os montijenses continuem a acolher quem visita a cidade, como é tradição de bem receber no Montijo. Quis ainda prestar agradecimentos à Comissão de Festas, à Paróquia, à Sociedade Cooperativa União Piscatória Aldegalense (SCUPA) e também a todas as forças vivas no Montijo, que de uma forma graciosa e voluntária colaboram para que todos se possam divertir durante as festas. De seguida, apresentou duas reclamações de dois munícipes: o munícipe e o munícipe , sendo que um munícipe reclamou do barulho causado pelos camiões de descarga junto às zonas comerciais e o outro munícipe reclamou, contra o estacionamento abusivo por parte de viaturas de grande porte. Disse que, isto leva ao facto da inexistência de um estacionamento para camiões TIR, que deveria de existir junto da periferia da cidade do Montijo, porque assim evitaria que esses camiões circulassem, sem necessidade, no interior da cidade, melhorando o tráfego rodoviário e a qualidade de vida de todos os montijenses. Acrescentou que, era tempo de a autarquia pensar numa solução, considerando que o Montijo tem terrenos para fazer este tipo de estacionamento e dotar o Montijo desses equipamentos, sendo que seria uma mais valia para a cidade. --

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, **Nuno Ribeiro Canta**, reconheceu a necessidade de organizar o estacionamento de viaturas pesadas na cidade, com a criação de parques de pesados dissuasores, informando a câmara que esse processo de planeamento será equacionado oportunamente. Referiu que existem presentemente alguns pontos de conflito entre o estacionamento de viaturas pesadas e moradores, nomeadamente no que diz respeito aos contentores frigoríficos, que produzem ruído durante a noite. Informou que, existe uma queixa de morador junto ao moinho de vento do Esteval, que reclama do ruído permanente do contentor frigorífico durante o período noturno, assunto que foi encaminhado para as autoridades policiais, designadamente a PSP, para aplicação da Lei. -----

A Senhora Vereadora **Maria Clara Silva**, no uso da palavra, leu uma declaração, intitulada “Cidadania é o meu SuperPoder”, cujo teor a seguir se transcreve: “O Programa “Cidadania é o meu SuperPoder” teve início no ano letivo 2019/2020 e constituiu-se como uma das atividades implementadas pela Câmara Municipal de Montijo no âmbito do CRIA - Centro de Recursos para a



Infância e Adolescência (candidatura efetuada ao PORL2020, tipologia de Operação 66.01 - Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar). -----
Traduz-se num programa de apoio às escolas no desenvolvimento e implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) no 1º ciclo do ensino básico e incidiu em três domínios temáticos: “Direitos Humanos”; “Interculturalidade” e “Instituições e Participação Democrática”. -
Garantindo este referencial e seguindo as boas práticas internacionais, no presente ano letivo, o programa incide no tema ‘o Direito à Cidade’. -----
Abrangendo 14 turmas do 1º ciclo do Ensino Básico dos três agrupamentos de escolas do Concelho do Montijo procurou-se estimular o olhar das crianças sobre a cidade e dar voz à sua visão sobre a mesma, promovendo o seu interesse para processos de participação coletivos. -----
Tendo por base a abordagem de placemaking como uma ferramenta para observação do uso que é dado ao território e aos espaços públicos, ao longo das sessões criaram-se condições para que os/as alunos/as experimentassem as suas ideias e descobertas, desenvolvessem confiança nas suas próprias capacidades de aprender, de tomar decisões e de fazer escolhas mais ajustadas. Os/as alunos/as têm sido impulsionados (as) a pensar a cidade através de desafios da vida real que vão “para além” da sala de aula e da própria escola. O Programa teve como objetivo primordial a promoção do direito à cidade enquanto direito de todos/as, partindo de um processo vivencial, de reflexão e de criação, proporcionando às turmas a oportunidade de apresentar ao órgão decisor político da Câmara Municipal uma proposta de projeto de intervenção sobre o bairro/área envolvente ao estabelecimento de ensino que frequentam. O programa desenvolveu-se em sala de aula, com a definição do percurso a realizar pelo bairro e a identificação dos interlocutores a abordar. Após a construção do respetivo guião de entrevista, as turmas efetuaram a visita exploratória ao bairro e respetiva avaliação/análise de acordo com diferentes critérios de placemaking. O percurso pelo bairro incidiu em áreas envolventes ao estabelecimento de ensino, permitindo o contacto com os respetivos moradores(as)/Instituições e Comércio. Em alguns casos, consoante o tecido geográfico do estabelecimento de ensino, foi efetuada entrevista aos/à respetivo/a Sr.(a) Presidente de junta/união de freguesias. -----
Após a visita, para a exploração da perceção dos/as alunos/as relativamente às informações observadas e recolhidas. -----
Identificação do espaço/recurso que gostariam de intervencionar, cada turma elaborou uma proposta de intervenção sobre o bairro envolvente criando uma apresentação (com formato e recursos/técnicas escolhidas por cada turma) sobre o processo desenvolvido e a ideia de projeto/propostas. Esta proposta foi apresentada à DPTU/PDM - Dr. Miguel Nascimento - para reflexão, análise e



enquadramento no âmbito do planeamento municipal e dos critérios de placemaking. -----

Após reflexão sobre as sugestões debatidas com o colega da DPTU, as turmas concluíram o seu projeto. -----

Para o efeito, e atendendo aos referenciais do domínio da participação democrática da ENEC, cada turma redigiu uma Carta dirigida ao Sr. Presidente da Câmara pedindo uma audiência para a partilha do processo vivido e da sua proposta de intervenção. -----

Com a colaboração das docentes e das técnicas da CMM afetas ao projeto, as respetivas Cartas apresentaram uma introdução comum referente ao objetivo do Programa, diferenciando-se na apresentação sucinta do projeto concebido e na descrição atribuída à oportunidade de o apresentar ao responsável máximo do poder local ao Sr. Presidente da Câmara, bem como a Vereadora do Pelouro da Educação e dos Srs. (a) Presidentes de Juntas de Freguesia envolvidos, que ocorreu nos dias 21, 22 e 24 de junho corrente.”. -----

De seguida, a Senhora Vereadora **María Clara Silva**, ainda no uso da palavra, considerou que esta iniciativa foi extremamente importante e gratificante para os alunos, sendo que tiverem oportunidade, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, de fazer a apresentação dos seus projetos, em formato de powerpoint. Disse que, os projetos, essencialmente, versavam espaços de jardins junto as suas escolas, tendo sido um momento onde os alunos partilharam as suas ideias e que foi possível, em conjunto, analisá-las e o senhor Presidente informar das condições que a câmara tinha ou não, de responder ao que foi proposto. Deixou um agradecimento a todos os envolvidos neste projeto, aos docentes, aos funcionários da divisão da educação, do Plano Diretor Municipal (PDM) e da divisão de planeamento do território e urbanismo (DPTU), que deram aos jovens ferramentas que permitiram fazer esta apresentação, que deixou todos orgulhosos. Informou ainda que foi eleita, no dia vinte e sete do mês corrente, a diretora da escola secundária Jorge Peixinho, a Dra. Maria João Serra, sendo o seu segundo mandato. Disse ainda que este procedimento de concurso de diretor, numa primeira fase segue a linha dos concursos administrativos, como é o caso dos chefes de divisão e depois na última fase é uma eleição. Disse ainda que, existiram duas candidatas, tendo sido excluída a outra candidata, por a mesma não ter vínculo, nem ter cinco anos de serviço, sendo que a mesma foi informada. Desejou assim felicidades à Dra. Maria João Serra e à sua equipa, neste novo mandato, que depois de homologado pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) irá tomar posse. Por fim, informou que a escola secundária Jorge Peixinho deixará de decorrer por



períodos letivos, passando a decorrer por semestres, iniciando já no próximo ano letivo, sendo que a interrupção letiva do primeiro semestre será a vinte e sete de janeiro a seis de fevereiro, para depois se iniciar o segundo semestre.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Nuno Ribeiro Canta, endereçou felicitações à professora Maria João Serra pela eleição. Em seguida, agradeceu a todas as crianças envolvidas no projeto de cidadania “Cidadania é o meu SuperPoder”, às professoras, aos Presidentes de Junta envolvidos e aos técnicos municipais pelo excelente trabalho desenvolvido, pela apresentação dos projetos selecionados e ainda pela discussão com os eleitos das vantagens e dificuldades de concretização. Testemunhou que estes projetos educativos mostraram a grandeza da discussão informada dos projetos e considerou que os são essenciais para construir um Montijo mais sustentável, mais participado e mais justo. -----

O Senhor Vereador José Manuel Santos, no uso da palavra, prestou as informações, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Menções Honrosas -----

A Associação Marinha do Tejo, com um acervo de mais de 80 embarcações típicas a navegar, lançou em maio de 2021 o concurso “Somos do Tejo”, através de parcerias com as comunidades educativas ribeirinhas com vista a incentivar entre os jovens que crescem nestas margens do Tejo, a necessidade de abraçar e defender este nosso extraordinário património. -----

Os alunos de artes constituíram a primeira linha, desenharam e ilustraram as embarcações típicas com amarração na área concelhia da sua escola, as suas embarcações. Dos vários autores das obras da “Deolinda Maria”, propriedade da Câmara Municipal de Montijo, três foram distinguidos com menções honrosas por parte de júri do concurso. -----

Os alunos distinguidos foram: Ana R. Ramos, Diana Nora e Chede Carapinha, orientados pela professora Conceição Gonçalves, todos da Escola Secundária Jorge Peixinho. Assim, gostaríamos de nos congratular com esta distinção e felicitar a escola, a professora orientadora e as alunas pelo mérito dos trabalhos apresentados a concurso, e dizer que foi uma grande honra receber esta distinção no passado sábado dia 25 de junho de 2022, na doca da marinha em Lisboa, por ocasião das comemorações do dia da Marinha do Tejo. -----

Projetos de Envelhecimento ativo. -----

No período compreendido entre 27 de maio a 22 de junho, realizou-se um diversificado conjunto de atividades para assinalar o final do ano letivo 2021-2022, dos Projetos de Envelhecimento Ativo da Autarquia, e simultaneamente evidenciar o trabalho de excelência realizado pelos professores, alunos, técnicos municipais e outros participantes, aos quais agradecemos toda a



dedicação e entusiasmo com que abraçaram estes projetos da Câmara Municipal de Montijo. -----

Os projetos supra referidos vão muito para além do ensinar e aprender, eles constituem pontos de encontro de partilha de experiências e conhecimento, do reforço de laços de amizade mas, são simultaneamente um elemento decisivo de esperança, de quebra do isolamento em que muitas pessoas se encontravam e uma forma de dignificar a pessoa humana sem paralelo no nosso concelho. -- Aproveito ainda para realçar que estes projetos têm alcançado junto da nossa comunidade a importância e a responsabilidade social de um serviço educativo e cultural holístico disponível a todos os munícipes com mais de 50 anos residentes no concelho de Montijo, tendo-se registado cerca de 500 inscrições nos diferentes Projetos de Envelhecimento ativo. -----

Aniversários de Coletividades e Associações entre 16 e 30 de junho de 2022.

O executivo municipal em exercício de funções felicita por mais um aniversário o Grupo Desportivo Atalaiense, reiterando os votos de incentivo e sucesso para o trabalho que, continuamente tem sido desenvolvido em prol dos nossos munícipes, do nosso território e que a todos nos orgulha.” -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, deu conhecimento dos Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas, relativamente ao pelouro de que é titular, no período compreendido entre 13 de junho de 2022 a 24 de junho de 2022: Licenças Administrativas: 2; Informações Prévias: 4; Certidões: 1; Loteamentos: 3. --

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Nuno Ribeiro Canta, deu conhecimento dos Despachos proferidos em 20 de junho respeitantes a requerimentos de assuntos de cemitérios da Divisão de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Qualidade de Vida, cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitante a esta reunião. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Nuno Ribeiro Canta, deu conhecimento dos Despachos proferidos em 23 de maio respeitantes a requerimentos de assuntos particulares da Divisão de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Qualidade de Vida, cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitante a esta reunião. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, deu conhecimento do Despacho proferido em 23 de junho de 2022, intitulado “7.^a ALTERAÇÃO | ORÇAMENTO MUNICIPAL | 2022”, cujo teor a seguir se transcreve: “Considerando a necessidade de efetuar a 7.^a alteração ao Orçamento da despesa, conforme sustentado no documento anexo, que aqui se dá por



integralmente reproduzido. -----

Considerando o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Considerando que foi delegada no Presidente da Câmara a competência material da Câmara Municipal prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

No exercício de competência delegada pela Câmara Municipal conforme deliberação aprovada na reunião de 21 de outubro de 2021, titulada pela proposta n.º 09/2021, APROVO a 7ª alteração ao Orçamento da Despesa ao abrigo do disposto no subponto 8.3.1 do Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, nos termos do documento que se anexa e faz parte integrante do presente despacho. -----

Dê-se conhecimento à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.”. -----

Foi presente para discussão e aprovação a ATA N.º 13/2022, referente à reunião ordinária desta Câmara Municipal de um de junho do ano de dois mil e vinte e dois, com dispensa da sua leitura em voz alta, em virtude de ter sido previamente distribuído o seu texto a todos os membros do Executivo e por todos lida e validada. -----

O Senhor Vereador Ilídio Massacote, no uso da palavra, solicitou uma correção na folha número duzentos e setenta, na sua intervenção, onde se lê: “(...) em especial da Dra. Manuela Marcelino, da Dra. Rute Barão, da Dra. Sandra Coelho e do Dr. João Nunes (...)”, deve ler-se: “(...) em especial da Dra. Manuela Marcelino, da Dra. Ana Marcelino, da Dra. Rute Barão, da Dra. Sandra Coelho e do Dr. João Nunes (...)”. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Nuno Ribeiro Canta, submeteu à votação a ATA N.º 13/2022, referente à reunião ordinária desta Câmara Municipal de um de junho do ano de dois mil e vinte e dois, tendo sido a mesma *aprovada com quatro votos a favor, três do PS e dois do PSD e uma abstenção da CDU*. -----

A Senhora Vereadora Ana Isabel Leonardo Baliza (CDU) não participou na aprovação da mesma, em cumprimento do disposto na parte final do n.º 3 do artigo 23.º do Regimento da Câmara Municipal de Montijo. -----

Em seguida, procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de -----

----- ORDEM DO DIA -----



I - DIVISÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

1- PROPOSTA N.º 272/2022 - RECRUTAMENTO A TERMO RESOLUTIVO CERTO PARA A CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (JARDINEIRO) -

Considerando que: -----

- Na Reunião de Câmara de 11/03/2021 foi aberto procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado - termo resolutivo certo para ocupação de 2 postos de trabalho na carreira /categoria de Assistente Operacional (Jardineiro); -----
- O procedimento acima referido, aberto pelo aviso (extrato) n.º 22734/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série - n.º 234 - 03 de dezembro de 2021, encontra-se concluído e foi homologado pelo Sr. Presidente da Câmara a 28/02/2022; -----
- Refere o ponto 4 do aviso de abertura do procedimento concursal que o mesmo foi aberto com constituição de reserva de recrutamento, prevista no número 4 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro; -----
- A abertura do procedimento concursal ocorreu de acordo com os pressupostos legais previstos no número 4, do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, na redação atual; -----
- Da abertura do procedimento concursal resultou a ocupação de 2 postos de trabalho e ficou uma reserva de recrutamento ativa de 3 pessoas que poderão ser contactadas pela ordem em que ficaram ordenadas, até preenchimento das vagas; -----
- O Mapa de Pessoal para o ano 2022 contempla a existência de 3 posto de trabalho vagos na carreira/categoria de Assistente Operacional (jardineiros) na Unidade Municipal de Administração Direta Higiene Urbana e Espaços Verdes; -
- Atualmente, ainda se vive uma situação de instabilidade provocada pela pandemia que assolou todo o país e que obrigou a uma reorganização temporária dos serviços municipais; -----
- Aproxima-se a época das festas populares do concelho e em simultâneo o período de férias para alguns trabalhadores do setor, constata-se um acréscimo excecional da atividade, o que implica um reforço da equipa, por forma a responder às atuais exigências; -----
- De acordo com a alínea h) do n.º 1 do artigo 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, prevê como motivo de celebração de contrato a termo resolutivo certo “fazer face ao aumento excecional e temporário da atividade do órgão ou serviço”; -----



• A abertura de um novo procedimento concursal comum e seu desenvolvimento acarreta um conjunto de despesas associadas (aviso para publicação em DR, envio de notificações para candidatos, entre outros); -----

PROPONHO: Que nos termos previstos no n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na redação atual, seja concedida autorização para recurso à reserva de recrutamento ativa do procedimento concursal comum, aberto pelo aviso (extrato) n.º 22734/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série - n.º 234 - 03 de dezembro de 2021, para recrutamento e ocupação de 3 (três) postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal do Montijo para o ano 2022, da carreira/categoria de Assistente Operacional (jardineiro), para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado - termo resolutivo certo. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal) -----

O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, disse que o PSD votará favoravelmente esta proposta e também a seguinte, porque considera ser muito importante o reforço dos quadros de pessoal na câmara municipal, no que diz respeito a jardineiros e também a cantoneiros de limpeza, considerando ser muito importante, particularmente numa cidade em que os jardins estão no estado em que estão. Disse ainda que o PSD, ao contrário daquilo que é a retórica do PS, não obstaculiza a câmara municipal, mas pensa naquilo que é positivo, votando assim favoravelmente. Acrescentou que, a contratação de jardineiros é positiva e que esta é uma boa proposta, que a senhora Vice-Presidente trouxe a sessão de câmara, onde terá sempre o apoio do PSD, mantendo-se a mesma posição no que diz respeito à proposta sobre os cantoneiros. Referiu ainda que o Montijo está muito carenciado de limpeza nas ruas e está muito carenciado de jardins bem cuidados, sendo que o Montijo não sabe o que isso é há muitos anos. -----

O Senhor Vereador Joaquim Correia, no uso da palavra, disse que a bancada da CDU também irá votar favoravelmente, até porque existe necessidade do trabalho destas pessoas. Lamentou o facto de ser um contrato de trabalho a termo resolutivo, porque se no quadro da câmara municipal os lugares estão em aberto e existe necessidade dessas pessoas, o contrato não devia de ser a termo resolutivo e que estas pessoas deveriam de ter um horizonte de trabalho para o futuro. Ainda em resposta ao senhor Presidente, disse que essa situação é um contrassenso, porque se estes trabalhadores entrarem num outsourcing de uma empresa privada, até podem nem ter a quarta classe, mas podem fazer o serviço. Referindo que, é um contrassenso e que os partidos políticos na Assembleia da República têm de resolver este problema, para também se tirar



pessoas de situações sociais muito graves, solicitando que o senhor Presidente faça força no PS para que esta situação se resolva. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Nuno Ribeiro Canta, disse que, ao contrário da retórica oposicionista, o Montijo é uma cidade normalmente limpa e cuidada, contudo, como em qualquer cidade do mundo, existem utilizações indevidas do espaço público e com elas consequências para a higiene e salubridade pública. Sublinhou que aqueles que pretendem por interesse individual ou partidário diminuir o trabalho dos trabalhadores municipais esquecem que a área da cidade aumentou quase para o triplo, nos espaços públicos e nos jardins, daí a necessidade de contratar serviços externos de manutenção. Referiu ainda que o problema da mão de obra nos assistentes operacionais é real, porque para determinadas faixas etárias é exigido o 12.º ano de escolaridade, o que quase sempre reduz muito o número de candidatos aos concursos e impede um planeamento dos recursos humanos mais adequado às necessidades dos cidadãos. -----

O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, disse ter sido confrontado com muitas pessoas, que não têm apoios de ninguém, não são beneficiados e que são boas pessoas, bons profissionais e que muitas vezes trabalham em empresas ou em programas existentes na câmara municipal. Referiu que, a câmara municipal precisa desses trabalhadores e desse contributo, esses trabalhadores precisam de uma estabilidade no emprego, precisam de ter uma relação com a câmara municipal. Mas o que se constata é que esses trabalhadores, porque faltam uma cadeira escolar ou faltam um ano ou dois de escolaridade, não podem ser contratados por mero formalismo. Referiu que, gostava que Portugal fosse a Suécia, a Finlândia, não que fosse a Rússia, mas Portugal não é assim e considera que não se pode atirar para a pobreza, para a indigência e para situações sociais muitos mais graves, porque estas pessoas lá por não terem o 12.º ano, não significa que não sejam bons jardineiros, porque aquilo que é necessário são pessoas que saibam cuidar dos jardins e não pessoas que saibam ler poemas e escrevam muito bem. Acrescentou que, é importante que a escolaridade obrigatória não seja subvalorizada, mas que tem de existir uma atenção há parte humana, porque o que se pretende são bons profissionais que estão sendo atirados para a pobreza e para situações extremas, só porque não se enquadram nos cânones das diretivas comunitárias, que vem dos países como a Alemanha e a Holanda. Disse ainda que, este tipo de situações merecia um tratamento legislativo e as câmaras deveriam, na Associação Nacional de Municípios pressionar nesse sentido. -----



A Senhora Vereadora Maria Clara Silva, no uso da palavra, disse que a obrigatoriedade do 12.º ano não é para todas as pessoas, sendo apenas para as pessoas que nasceram no ano em que foi decidido essa obrigatoriedade escolar, concordando que mesmo assim exclui muitas pessoas. Disse que, existe ainda um outro problema, que por um lado é a pessoa não conseguir a equivalência à escolaridade obrigatória, não por ser mais ou menos inteligente, mas porque não é esse o seu objetivo de vida. Acrescentando que, por outro lado, as pessoas que vêm com o 12.º ano e também com alguns concursos superiores, as suas perspetivas consiste em sair dos jardins, ou das escolas, para entrar para a administração pública, acabando a câmara por ficar igual, sem jardineiros, sem cantoneiros e sem pessoas nas escolas. Referiu ainda que, se a câmara tem a permissão de ter pessoas através do rendimento de inserção, também poderia existir, num programa especial, uma quota para aquelas pessoas, ou seja, que existisse uma percentagem, que permitisse às pessoas que ingressassem através do rendimento social de inserção, uma prova como cumprem com todas as regras e que assim fosse permitida a sua entrada. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

2- PROPOSTA N.º 273/2022 - RECRUTAMENTO A TERMO RESOLUTIVO CERTO PARA A CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (CANTONEIROS DE LIMPEZA) -----

Considerando que: -----

- Na Reunião de Câmara de 09/06/2021 foi aberto procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado - termo resolutivo certo para ocupação de 2 postos de trabalho na carreira /categoria de Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza); -----
- O procedimento acima referido, aberto pelo aviso (extrato) n.º 12919/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série - n.º 132 - 09 de julho de 2021, encontra-se concluído e foi homologado pelo Sr. Presidente da Câmara a 02/09/2021; -----
- Refere o ponto 4 do aviso de abertura do procedimento concursal que o mesmo foi aberto com constituição de reserva de recrutamento, prevista no número 4 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro; -----
- A abertura do procedimento concursal ocorreu de acordo com os pressupostos legais previstos no número 4, do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, na redação atual; -----
- Da abertura do procedimento concursal resultou a ocupação de 2 postos de trabalho e ficou uma reserva de recrutamento ativa de 9 pessoas que poderão



ser contactadas pela ordem em que ficaram ordenadas, até preenchimento das vagas; -----

- O Mapa de Pessoal para o ano 2022 contempla a existência de 4 postos de trabalho vagos na carreira/categoria de Assistente Operacional (cantoneiro de limpeza) na Unidade Municipal de Administração Direta Higiene Urbana e Espaços Verdes; -----

- Ainda se vive uma situação de instabilidade provocada pela pandemia que assolou todo o país e que obrigou a um reforço na higienização dos espaços públicos, nomeadamente no que diz respeito à recolha de lixo, varredura e limpeza das ruas; -----

- Aproxima-se a época das festas populares do concelho e em simultâneo o período de férias para alguns trabalhadores do setor, constata-se um acréscimo excecional da atividade do setor, o que implica um reforço da equipa, por forma a responder às atuais exigências; -----

- De acordo com a alínea h) do n.º 1 do artigo 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, prevê como motivo de celebração de contrato a termo resolutivo certo “fazer face ao aumento excecional e temporário da atividade do órgão ou serviço”; -----

- A abertura de um novo procedimento concursal comum e seu desenvolvimento acarreta um conjunto de despesas associadas (aviso para publicação em DR, envio de notificações para candidatos, entre outros); -----

PROPONHO: Que nos termos previstos no n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na redação atual, seja concedida autorização para recurso à reserva de recrutamento ativa do procedimento concursal comum, aberto pelo aviso (extrato) n.º 12919/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série - n.º 132 - 09 de julho de 2021, para recrutamento e ocupação de 4 (quatro) postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal do Montijo para o ano 2022, da carreira/categoria de Assistente Operacional (cantoneiro de limpeza), para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado - termo resolutivo certo. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

II - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROMOÇÃO DA SAÚDE -----

1- PROPOSTA N.º 274/2022 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME DE SETÚBAL -----

Considerando que: -----



1. O Banco Alimentar Contra a Fome de Setúbal, apoia há mais de 20 anos instituições de todo o distrito, nomeadamente do concelho do Montijo, no que concerne ao fornecimento de produtos alimentares recolhidos junto de empresas do setor alimentar, a serem distribuídos junto de famílias sinalizadas para apoio alimentar, contribuindo para o combate ao desperdício alimentar e o consequente apoio aos mais carenciados; -----
 2. O esforço para aumentar os apoios prestados, consequência da pandemia vivida, da crise provocada pela guerra na Ucrânia e pela necessidade de dar resposta aos milhares de refugiados, tem enormes consequências financeiras, fruto do aumento dos custos de energia, dos combustíveis, de reparações, revisões e manutenções com viaturas, do aumento dos preços do material de embalagem e acondicionamento, entre inúmeros outros custos que subiram muito; -----
 3. Para além da recolha de alimentos nas grandes superfícies, realizadas duas vezes por ano e, diariamente, junto de empresas agroalimentares e industriais, as fontes de receita do BACF de Setúbal, para além do ISS, são exclusivamente fruto de donativos e apoios financeiros de autarquias locais; -----
 4. Ao nível do concelho do Montijo, verificou-se o acréscimo do apoio alimentar, de 2020 para 2021, na ordem dos 7,5%; -----
 5. O Banco Alimentar Contra a Fome de Setúbal dirigiu, à Câmara Municipal do Montijo, um pedido de apoio financeiro que lhe permita, neste momento, fazer face ao aumento do número de instituições/pessoas que precisam de apoio alimentar; -----
 6. A Câmara Municipal do Montijo, reconhece o papel fundamental do BACF, sendo da sua competência material deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013; -----
 7. Ainda de acordo com o disposto na alínea u), do mesmo número e artigo do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social; -----
- PROPONHO:** -----
- Que a Câmara Municipal do Montijo delibere a atribuição de um apoio financeiro no valor de 5.000€ (cinco mil euros), ao Banco Alimentar Contra a Fome de Setúbal; -----
 - Que o apoio financeiro seja concedido através da rubrica orçamental 07/04070199, conforme informação de cabimento n.º 2022/1353 que se anexa.;
 - Que a atribuição do apoio financeiro conste da relação a publicar anualmente no site desta Autarquia, nos termos do disposto do n.º 1, do art.º 4.º, da Lei n.º 64/2013, de 27 de Agosto. -----
- (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Maria Clara Silva) -----



A Senhora Vereadora Ana Baliza, no uso da palavra, disse que como já foi dito, o ideal seria não existir o Banco Alimentar, mas que a CDU, obviamente, irá votar favoravelmente, porque o Banco Alimentar é necessário. Referiu que, existem medidas que se deverá tomar ao longo dos tempos, como o controlo e fixação de preços, travar o aumento nos serviços e nos bens essenciais e garantir a melhoria à população, porque nos dias de hoje tudo aumenta, menos os salários. Acrescentando que, é necessário que existam condições de vida, para que as pessoas não precisem do banco alimentar, pois é de conhecimento de todos que estes números tendem a aumentar. -----

O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, disse que o PSD votará favoravelmente, sem nenhum cinismo, porque entende que é muito importante este apoio social, às famílias e às pessoas mais carenciadas. Disse ainda que, em nome do PSD parabeniza as IPSS, a sociedade civil em geral, que tem um grande papel em conjugação com as entidades públicas, no combate à pobreza em Portugal. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

III - DIVISÃO DE CULTURA, BIBLIOTECA, JUVENTUDE E DESPORTO -----

1- PROPOSTA N.º 275/2022 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CINEMA-TEATRO JOAQUIM D'ALMEIDA PARA HOMENAGEM AO CAVALEIRO LUÍS ROUXINOL PELOS 35 ANOS DE ALTERNATIVA, NO DIA 14 DE JULHO DE 2022 -----

Considerando que: -----

1. Por motivos alheios à Câmara Municipal de Montijo, designadamente por questões relacionadas com a gestão de agenda do Cavaleiro Luís Rouxinol - o homenageado- foi necessário proceder a alteração do dia da cerimónia (passando de 23 de junho para 14 de julho). -----

2. O objeto da Proposta N.º 270, votada na última Reunião de Câmara de 15 de junho, se mantém inalterado, nomeadamente no que concerne ao pedido de isenção do pagamento total da locação da sala do Cinema Teatro Joaquim D'Almeida, no valor de 1.058,65€, acrescido de IVA à taxa legal, (calculado com base nos valores constantes no Regulamento e Tabela de Tarifas do Município do Montijo em vigor), mereceu aprovação da Câmara Municipal na sua reunião de 15 de junho do presente ano. -----

PROPONHO: -----

1. Que a Câmara Municipal delibere aprovar a isenção do pagamento total da locação da sala do Cinema Teatro Joaquim D'Almeida, com vista à realização da Homenagem ao Cavaleiro Luís Rouxinol pelos 35 anos de Alternativa, no dia 14 de julho de 2022. -----



2. Que a presente deliberação respeite o disposto no art.º 56.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. -----

3. Notificar A Tertúlia Óbvia, Lda. -----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Manuel Santos) -----

O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, disse que há quem aprecie e quem não aprecie a festa brava, mas que independentemente dessa polémica, o que é relevante é que o cavaleiro Luís Rouxinol tem levado para longe o nome do concelho do Montijo. Disse ainda que, é um cavaleiro de Pegões, que é uma pessoa digna e que tem uma grande carreira, não só no que diz respeito à festa tauromáquica, mas também ao maneo de cavalos, sendo uma pessoa merecedora desta homenagem e no qual o PSD se associa a esta proposta com entusiasmo. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

IV - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO -----

1- PROPOSTA N.º 276/2022 - APROVAÇÃO DAS “NORMAS APLICÁVEIS À ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E À ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIOECONÓMICOS, EM MATÉRIA DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR, NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, NO ANO LETIVO 2022/23” -----

CONSIDERANDO QUE: -----

• O Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua atual versão, concretiza a transferência de competências para os municípios, ao abrigo do Artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, nomeadamente ao nível da ação social escolar, nas suas diferentes modalidades. -----

• A transferência de competências em matéria da ação social escolar inclui a organização e gestão dos procedimentos de atribuição de apoios de aplicação universal e de aplicação diferenciada ou restrita, diretos ou indiretos, integrais ou parciais, gratuitos ou participados. -----

• Não inclui a organização, desenvolvimento e execução dos programas de distribuição gratuita e reutilização de manuais escolares, cuja competência cabe ao departamento governamental com competência na matéria e aos órgãos de administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. -----

• O Artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 prevê, no entanto, que o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, enquanto modalidade dos apoios e complementos educativos previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pelas Lei n.º 46/86,



de 14 de outubro, na sua redação atual, será estabelecido em diploma próprio, a publicar. -----

• Por sua vez, o Artigo 73.º do mesmo decreto-lei estabelece que, até ao início de vigência do diploma previsto no artigo 34.º, manter-se-á em vigor toda a legislação e regulamentação aplicável à ação social escolar. Ou seja, até ao início de vigência do diploma previsto no artigo 34.º, as Câmaras Municipais continuarão a assumir apenas a competência da ação social escolar no 1.º ciclo do ensino básico. -----

• A atribuição de apoios em matéria de ação social escolar rege-se pelos princípios da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social, no sentido de assegurar o efetivo exercício do direito à educação e a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares. -----

• No 1.º ciclo do ensino básico, as medidas de apoio socioeducativo legalmente previstas assumem a forma de auxílios económicos aos/às alunos/as socioeconomicamente carenciados/as (escalão A e escalão B), sendo, para o efeito, considerados os encargos decorrentes da frequência escolar relativos a refeições (em refeitório escolar), a material escolar e a atividades de complemento curricular (visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares). -----

• O acesso à alimentação, aos materiais escolares e a participação em atividades de complemento curricular constituem fatores facilitadores da promoção do sucesso educativo. -----

• A situação de pandemia da covid-19 veio colocar muitas famílias em situação de fragilidade económica. -----

• Pelo exposto, é muito importante a definição de um quadro de intervenções, em matéria de apoios socioeducativos e de ação social escolar, que ultrapasse as competências legais atribuídas às Câmaras Municipais, por forma a contribuir para uma estabilização educativa, familiar e social e para o sucesso escolar de todos(as) os(as) alunos(as), independentemente das respetivas condições socioeconómicas. -----

• É necessário definir os procedimentos e regras aplicáveis à organização, funcionamento e utilização do serviço de alimentação e à atribuição de apoios, em matéria de ação social escolar, para os/as alunos/as do 1.º ciclo do ensino básico que frequentarão os estabelecimentos de ensino da rede pública do município de Montijo, no próximo ano letivo. -----

PROPONHO a V. Exas. a aprovação das “Normas aplicáveis à organização, funcionamento e utilização do serviço de alimentação e à atribuição de apoios socioeconómicos, em matéria de ação social escolar, no 1.º ciclo do ensino



básico, no ano letivo 2022/23”, cf. documento anexo que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Maria Clara Silva) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

2- PROPOSTA N.º 277/2022 - APROVAÇÃO DAS “NORMAS APLICÁVEIS À ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE INTEGRAM A COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E À CONCESSÃO DE APOIOS SOCIOEDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, NO ANO LETIVO 2022/2023” -----

CONSIDERANDO QUE: -----

- A educação pré-escolar integra uma componente educativa, desenvolvida por educadores/as de infância durante os períodos letivos definidos pelo Ministério da Educação, com a duração diária de 5 horas, e uma componente de apoio à família (CAF) que integra o serviço de alimentação e as atividades de animação e de apoio à família - AAAF (vulgo serviço de complemento de horário) durante os períodos letivos e durante os períodos de interrupção letiva. -----
- A CAF visa essencialmente dar resposta às necessidades das famílias, ao nível da conciliação entre a vida pessoal e profissional e os horários dos estabelecimentos de educação, e contribuir para a socialização das crianças. -
- A componente educativa da educação pré-escolar é gratuita (cf. Lei n.º 5/97 de 10 de fevereiro, Art.º 16.º, Ponto 1) mas, de acordo com o ponto 2. do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de junho, os pais ou encarregados/as de educação participam no custo das componentes não educativas da educação pré-escolar, de acordo com as respetivas condições socioeconómicas.
- O Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro concretiza a transferência de competências para os municípios, ao abrigo do Artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, nomeadamente ao nível da CAF da educação pré-escolar. ----
- É necessário definir os procedimentos e regras aplicáveis à organização, funcionamento e utilização dos serviços que integram a CAF (alimentação e AAAF) nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do município de Montijo, ao apuramento e formas de pagamento das participações familiares no custo dos mesmos e à concessão de apoios socioeducativos (para a participação em atividades de complemento curricular e material escolar) para as crianças da educação pré-escolar, no próximo ano letivo. -----

PROPONHO a V. Exas. a aprovação das “Normas aplicáveis à organização, funcionamento e utilização dos serviços que integram a componente de apoio à família e à concessão de apoios socioeducativos na educação pré-escolar, no



ano letivo 2022/2023”, cf. documento anexo que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Maria Clara Silva) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

Pelas vinte e uma horas e cinco minutos, interrompeu-se o período Antes da Ordem do Dia e deu-se início ao período de intervenção do público, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Regimento da Câmara Municipal de Montijo. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

A senhora munícipe **Maria Mascarenhas**, interveio na qualidade de representante e codiretora artística da Companhia Mascarenhas-Martins para dizer que, atendendo à manifesta falta de interesse do vereador João Afonso em dialogar com os responsáveis pela Companhia Mascarenhas-Martins e esclarecer os motivos por detrás das declarações feitas na reunião de câmara de um de junho, a entidade decidiu emitir um comunicado que partilhou através das redes sociais, onde fez uma sessão de esclarecimento. Disse que a companhia tem respondido a todas as dúvidas de munícipes, que tem chegado de diversos meios e que continuaram disponíveis para o fazer, ao exemplo do que sempre aconteceu. Disse que a companhia não podia deixar de vir a esta sessão de câmara repudiar publicamente, a ideia do vereador João Afonso, que do ponto de vista da Companhia Mascarenhas-Martins é muito grave de que a Câmara Municipal de Montijo, se deveria imiscuir na definição do plano de atividades de uma entidade que tem a sua direção e órgãos sociais. Referindo que, seria uma clara afronta ao direito de liberdade de criação artística e cultural consagrado na Constituição da República Portuguesa. Disse ainda que, a companhia continua, ainda assim, disponível para reunir quando e se os vereadores do PSD considerarem oportuno, para esclarecimento de qualquer dúvida. Disse também que, desde o mês de setembro do ano transato até ao momento, a Companhia Mascarenhas-Martins apresentou trinta e nove sessões, incluindo teatro, música, da companhia como de outros artistas, cinema documental e encontros, onde o vereador João Afonso apenas assistiu a uma, que não tinha direção artística da Companhia Mascarenhas-Martins, tratando-se de uma coprodução de uma outra companhia. Referiu ainda que, o vereador não contactou a companhia e não baseou as suas declarações em nada que não fosse a sua opinião. Acrescentou que, objetivamente não foi um exame minucioso da atividade da companhia, mas um ataque deliberado, com motivos que, até ao momento, continuam ocultos. Questionou ainda o vereador Ilídio



Massacote, se manteria a sua posição que afirmou ter na passada reunião de câmara, de quinze de junho, em que disse não concordar com as declarações do vereador João Afonso sobre o referido assunto. -----

O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, em resposta à munícipe, disse que o PSD sobre a atribuição de subsídios públicos, tem uma posição que é pública há vários anos e que PSD considera que quem recebe dinheiro público, tem de necessariamente de se submeter ao escrutínio dos autarcas que atribuem esse dinheiro público, porque o dinheiro público não é dos autarcas nem das pessoas que o recebem, mas do povo. Referiu que, todas as associações, todas as entidades que recebem dinheiro público, devem-se comportar com humildade quando qualquer autarca faz e requer o escrutínio público do uso “desses dinheiros”. Disse ainda que, a posição do PSD é clara sobre esta matéria, referindo que o dinheiro é público e por isso, a câmara municipal pode e deve escrutinar. Referiu ainda que, como autarca eleito pelo PSD, considera que esse escrutínio deve ser feito sem nenhuns complexos e caso a companhia não queira ser escrutinada, está no seu direito, isto se não receberem dinheiro público. Disse entender a importância de o Montijo ter uma companhia, mas isso não significa nada mais que isso, sendo que a Companhia Mascarenhas-Martins não é especial, nem “prima-dona”, mas sim igual “aos outros” e que se têm de comportar da mesma forma. Disse ainda que, as vezes que assistiu às representações da companhia, não quer dizer que não estejam, também, outras pessoas em sua representação a assistir. Disse também que, no entender do PSD é necessário que a companhia crie novos públicos e que tenha outra capacidade, sendo que na opinião do PSD, a companhia não criou novos públicos. Acrescentou ainda que, a companhia tem o direito de fazerem o tipo de teatro que entenderem, mas é necessário que o retorno do investimento público aconteça e por isso ninguém está acima do escrutínio. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, disse que o vereador do PSD insiste em confundir duas coisas completamente distintas, uma coisa é o apoio atribuído ao movimento associativo e cultural da cidade, conforme previsto na Lei e na Constituição da República Portuguesa, outra coisa completamente distinta é o que chamamos a prestação de contas dos apoios atribuídos. Como sempre dissemos confundir estes dois conceitos é entrar na esfera de autonomia das associações e companhias, e como autarca essa ingerência devia e deve ser evitada, como limite do respeito institucional. Sublinhou que os apoios financeiros municipais aos projetos culturais e associativos são legais e legítimos, e servem o interesse público, na medida em que promovem o desenvolvimento cultural e o progresso social das populações. Sublinhou, por exemplo, o papel fundamental do movimento associativo no



acesso e igualdade aos bens culturais e desportivos. Reafirmou a exigência pela prestação de contas sobre os apoios concedidos, lembrando a decisão nesse sentido aprovada pela câmara, aquando da discussão e votação da Norma de Controlo Interno. Referiu que aparentemente só o vereador do PSD continua a insistir numa retórica infundada pois a câmara já deliberou no sentido da aplicação do conceito de prestação de contas nas propostas de apoio financeiro. Lamentou que o PSD não reconheça a mais valia do movimento associativo e cultural na cidade, ofenda gratuitamente o bom nome dos dirigentes, e não tenha vergonha de falar em compadrio da câmara com as coletividades e associações. Relembrou as ofensas gratuitas do vereador João Afonso ao bom nome dos dirigentes do Juventude Futebol Clube Sarilhense, que criaram vergonha alheia no órgão, depois da concretização das extraordinárias instalações desportivas construídas com o apoio financeiro da câmara, e no âmbito duma proposta de oferta de duas balizas de futebol de cinco. Considerou que se o PSD tivesse a oportunidade de governar assistiríamos ao enterro do movimento associativo montijense. Por isso, disse não pode estar mais em desacordo com o vereador do PSD. Por fim, disse que o trabalho cultural da Companhia Mascarenhas-Martins não devia ser manchado pelas trapalhadas políticas do vereador do PSD, porque todos os apoios concedidos, no âmbito da parceria municipal com a companhia, são votados pelos membros da câmara, de forma transparente e em consciência. Por fim, reafirmou que nada destas retóricas políticos, próprias de outros estados, diminuem a importância da Companhia Mascarenhas-Martins no panorama cultural montijense. -----

O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, em resposta ao senhor Presidente disse que o senhor Presidente gosta de dizer que “o vereador João Afonso suspeita das instituições”. Referiu que, o PSD não tem nenhuma suspeita relativamente à companhia, mas que no entender do PSD a companhia deve fazer um balanço do trabalho realizado. Disse ainda que, o PSD pode ter uma opinião divergente do senhor Presidente e que isso não significa que exista alguma suspeita. Referindo que, transparência e prestação de contas no sentido abrangente, não só referente ao dinheiro, mas a uma prestação de um balanço cultural e do serviço público que é prestado. Relativamente à instituição mencionada pelo senhor Presidente, referiu que o que aquilo que disse foi que tem que se analisar o que são verdadeiramente associações e o que são empresas privadas camufladas de associações. Relativamente à municipalização, disse não saber o que o senhor Presidente quer dizer sobre municipalização, mas disse que quem tem que definir a política cultural num



país é o Ministério da Cultura e que quem tem de definir a política cultural de uma câmara Municipal, é a divisão de cultura em colaboração e harmonia com os vários agentes culturais. Acrescentando que, quem define a política cultural é a câmara municipal e não os agentes culturais que impõe à câmara municipal, uma determinada agenda “por preguiça da câmara municipal”, porque se assim não fosse não valeria a pena ter uma divisão da cultura. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, disse que uma vez mais, o vereador do PSD procura com a sua retórica política confundir tudo, dizendo tudo e o seu contrário. Afirmou que, para os autarcas socialistas, o desenvolvimento cultural assenta em parcerias com as instituições culturais da cidade, e que julgava que o PSD também defendia esse modelo, que aparentemente era consensual nas políticas locais. Disse ainda que, definição de políticas culturais é quando, é colocado determinadas verbas para determinada ação genérica do ponto de vista da cultura. Referindo que, a criatividade cultural é diferente e que o vereador defende, é que tem que se intervir na criatividade cultural e que isso é municipalizar a cultura. Disse que este posicionamento político não pode ser entendido como uma menorização dos serviços culturais municipais, bem pelo contrário, é uma estratégia que, com base na responsabilidade, possibilita o engrandecimento da diversidade cultural da cidade. Disse que uma estratégia contrária de municipalização da cultura pelos serviços municipais conduz inevitavelmente ao definhamento da criatividade cultural e da formação cultural na cidade. Por fim, disse que os serviços municipais de cultura estão a desenvolver uma parceria com a Companhia Mascarenhas-Martins, que será submetida aos membros da câmara oportunamente, para o desenvolvimento do teatro e das artes cénicas e para a programação do auditório da Casa da Música Jorge Peixinho. -----

O Senhor Vereador Ilídio Massacote, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e que sobre o referido assunto, disse que não retirava uma vírgula daquilo que tinha dito em reunião de câmara de quinze de junho de dois mil e vinte e dois. -----

A senhora munícipe Gilda do Paço, interveio para dizer que, aceita o facto de não conhecer na íntegra o trabalho da companhia ou até mesmo conhecer e não gostar, mas cair em contradições sucessivas, ora dizendo que fazem um trabalho importante e de meritório, ora revelando que desconhecem o trabalho da companhia, é tecer considerandos depreciativo e jugosos, como tem sido o caso do senhor vereador. Disse que, as palavras proferidas pelo vereador, na sessão de câmara de dia um de junho e nos seus diretos “Quinta às 10”, assim como o comunicado do PSD, a deixaram para além de perplexa, indignada. Referiu que, as mesmas revelaram uma visão sobre a cultura, onde a liberdade



criativa é “algemada”, em nome de números e “quicá, de ignorância”. Considerando que, é uma vontade enorme do vereador e criar polemica e ter palco. Questionou ainda, se o vereador tem suspeita da gerência danosa dos dinheiros públicos pela companhia; se suspeita de compadrio e amiguismo da companhia com a autarquia; por último, a munícipe questiona o que significá a cultura para o vereador. Disse achar interessante o vereador João Afonso, estar a defender e embandeirar a questão do escrutínio, mas que também acha interessante que o vereador não o tenha feito esse escrutínio há mais tempo, em uma série de assuntos. Disse querer distinguir duas partes, uma é a prestação de contas que julga já ter sido feito uma sessão de esclarecimento por parte da Companhia Mascarenhas-Martins, no qual lamentou caso o vereador não tenha visto essa sessão de esclarecimento. Acrescentou que julga que a Companhia Mascarenhas-Martins sempre esteve recetiva a fazer esse esclarecimento e se o vereador não viu esse esclarecimento e continua a “manter a mesma tecla”, é porque não está com muita vontade de esclarecer a situação. Referindo ainda que, o que a move é a parte cultural e que considera que o vereador teceu diversos considerandos muito graves. Disse ainda que, tudo o que for a respeito à liberdade, estará sempre, que possível, presente nas sessões de câmara e que quando sentir, que um criador não tem liberdade de criar, porque na opinião do vereador, a autarquia tem de interferir nessa criação, disse que se mostrará sempre indignada. -----

O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, disse respeitar a posição da munícipe e que tem conhecimento que a munícipe é uma frequentadora dos espetáculos culturais no Cinema-Teatro Joaquim d’Almeida e também dos espetáculos da Companhia Mascarenhas-Martins. Disse uma vez mais, que o PSD não tem suspeita de gestão danosa da Companhia Mascarenhas-Martins, mas que disse uma coisa muito simples, que não é aceite por alguns munícipes e que também não é aceite por alguns autarcas, que é existir um escrutínio, ou prestação de contas, do investimento público e do retorno desse investimento público. Disse ainda que, a companhia entende que está acima desse escrutínio, porque depois se defende com a questão da liberdade criativa e que não está em causa a liberdade criativa. Referiu que, não existe nenhuma acrimónia em relação à companhia, mas o que o PSD considera é que todas as companhias e todas as associações têm de estar sobre o escrutínio público, ou prestação de contas. Referiu que, o PSD nesta matéria não tem nenhuma suspeita de gestão danosa e que isso nunca foi referido pelo PSD, nem está em causa. Sobre o amiguismo e o clientelismo, considera que se uma câmara municipal não escrutina, não faz um balanço sobre o trabalho de uma determinada entidade



está a privilegiá-la e que esse privilégio não deve existir, nomeadamente em relação a outras entidades. Disse ser da sua convicção que, este tipo de relacionamento pouco institucional e pouco rigoroso, entre as instituições públicas e as instituições privadas, têm criado um enorme atraso no país, sendo essa a posição do PSD. Acrescentou ainda que, se não existir qualquer tipo de receio, se ninguém recear a prestação de contas no sentido global, não existe qualquer polémica e que, só existe polémica, porque o PSD “mexeu num assunto” delicado para muitas pessoas. Referiu ainda que, a sua intervenção na sessão de câmara de dia um de junho, foi de crítica, essencialmente, ao pelouro da cultura e não crítica, propriamente, à companhia. Ainda em resposta à munícipe, considera que o PSD não atenta à liberdade criativa, porque quando a câmara municipal define que a Companhia Mascarenhas-Martins deverá, durante o ano, realizar dez ou vinte peças de teatro infantil, não se está a interferir com a liberdade criativa. Referindo que, a câmara não refere que tipo de peças defende, nem que tipo de peças de teatro devem ser representadas, porque isso sim, é que seria interferir na liberdade criativa. Disse ainda que, a câmara municipal tem o direito de definir a moldura do tipo de peças de teatro, que quer ver representadas na cidade do Montijo, não tendo o direito de interferir com a criatividade. Por fim, disse que não é rigoroso, dizer que o PSD no Montijo não tem feito escrutínio, que não tem levantado a sua voz relativamente a outras situações. Disse que, o PSD não se tem escondido atrás de ninguém e que é verdade que têm tido atitudes que são polémicas, porque se vive numa sociedade que em muitos aspetos, “é um verdadeiro pântano de interesses” e o PSD ameaça esse pântano de interesses. -----

A Senhora Vereadora Maria Clara Silva, no uso da palavra, disse que todos já estão habituados a que o vereador não esclareça nada e que apenas destrua de forma grosseira, tudo que existe à volta. Disse também que, sobre a cultura, não poderia existir um pensamento mais divergente, porque entende que a cultura é a liberdade de cada um nas suas áreas, no qual desenvolvem os seus projetos artísticos, quer seja no teatro, quer seja na música, quer seja na dança, quer seja na pintura e em diferentes artes e formas de cultura existentes no país. Acrescentou que, o Montijo sempre entendeu que na cidade havia a necessidade de existir uma companhia de teatro e ainda bem que a Companhia Mascarenhas-Martins veio para o Montijo, podendo assim desenvolver o seu projeto teatral, na qual parabeniza a Companhia Mascarenhas-Martins pelo trabalho que tem desenvolvido. Disse ainda que, teve oportunidade, na reunião de câmara de dia um de junho, de dizer que o papel da companhia já se faz sentir na sociedade ao contrário do que o senhor vereador dá a entender. Referiu ainda que, a munícipe Maria Mascarenhas foi escolhida para fazer parte do agrupamento de escolas do Montijo, o que demonstra que existe um



reconhecimento por parte da comunidade educativa e também demonstra a importância da Companhia Mascarenhas-Martins no concelho do Montijo. Disse ainda que, não pode ouvir o senhor vereador dizer que, quer intervir na criatividade da Companhia Mascarenhas-Martins, porque a Câmara Municipal de Montijo entende que a cultura deve estar entregue aos diferentes artistas que vivem no território, não existindo qualquer tipo de clientelismo, mas sim trabalho no terreno. -----

O Senhor Vereador João Afonso, no uso da palavra, disse que a visão do PS em relação à cultura, é de facto diferente do PSD, sendo que o PSD considera que o povo tem o direito de saber o que anda a ser feitos com os seus impostos. Em resposta ao senhor Presidente disse que, o PSD nos últimos anos é provavelmente o único partido, que votou contra propostas que atentavam contra o interesse público na atribuição de subsídios, tendo já sido feito neste mandato. Em relação à Companhia Mascarenhas-Martins disse que, o PSD votou sempre a favor no protocolo, porque a companhia está no Montijo há seis anos e no início tem de se observar, qual a consistência da companhia na criação de novos públicos e também a sua densificação, tendo que ter tempo para mostrar o que vale. Disse ainda que, não fazia sentido que no início o PSD bloqueasse ou a criasse algum problema à companhia em termos orçamentais, mas que ao fim de seis anos faz sentido fazer um balanço. Referiu que, o PSD apoio a cultura, mas que não dá “cheques em branco”, que é aquilo que o PS faz, porque tem interesse, porque não querem ter “chatices” e querem ter “harmonia pantanosa”. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, disse que o vereador do PSD representa o oportunismo populista da política, apareceu na política local fomentando uma política de ódio, e essas são duas características infelizes que não consegue abandonar. Sublinhou que, raramente, as coletividades destinatárias das acusações gratuitas do vereador do PSD, apareceram publicamente a contestar as suas declarações, registando que a Companhia Mascarenhas-Martins foi a única que, com coragem, confrontou publicamente o vereador do PSD, lamentando a ausência dos visados pelo populismo do PSD. Acrescentou que, uma política de ódio como aquela sustentada pelos autarcas do PSD, assente na suspeição gratuita e retórica contra os apoios do estado, tão cara a muitos populistas no ativo, tem conduzido a declarações lamentáveis para a história do Poder Local Democrático montijense. -----

O senhor munícipe Mário Baliza, interveio para dizer que a antiga sede do Grupo de Amigos “Os Comilões”, apesar da porta ser de ferro, foi arrombada e



levaram alguns bens valiosos. Disse que, as pessoas que pertencem ao Grupo de Amigos “Os Comilões” estão esmorecidas e que as ideias que têm para a coletividade, como práticas desportivas, não podem ser realizadas, por falta da sede e que já passou vinte e três anos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, agradeceu a intervenção do munícipe e quis prestar homenagem ao Grupo de Amigos “Os Comilões”, que trouxe muitas alegrias ao Montijo nas diferentes manifestações culturais populares. Lamentou o assalto à antiga sede do Grupo de Amigos “Os Comilões” e disse que, a câmara assim que tiver a disponibilidade de ter um espaço condigno e com capacidade para albergar a associação, a câmara tudo fará para concretizar esse sonho de “Os Comilões”. -----

Não tendo existido mais intervenções do público presente, deu-se por terminado o período de intervenção do público e retomou-se o período Antes da Ordem do Dia. -----

O texto das deliberações (propostas) foram aprovadas em minuta, nos termos da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 21 de outubro de 2021, titulada pela Proposta n.º 01/2021, tendo para o efeito sido assinadas pelo Senhor Presidente da Câmara e por quem as lavrou. -----

E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião pelas vinte e três horas e vinte e dois minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

E eu, *Patricia Alexandra da Silva Ramos*, Assistente Técnica da Divisão de Administração Organizacional, a escrevi e assino. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal, -----

----- Nuno Ribeiro Canta -----

A presente ata foi elaborada em conformidade com o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa já em vigor.